

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO SERTÃO: DESAFIOS À AÇÃO SOCIAL EM TERRAS DE LATIFÚNDIO

¹ Professor do Departamento de Matemática da UCSal e Mestrando do Mestrado Interinstitucional em Planejamento Urbano e Regional IPPUR UFRJ/UCSal

Edvalter Souza Santos¹
Susana Hamilton²

DESENVOLVIMENTO

A noção de desenvolvimento está associada à melhoria do estágio econômico, social e político de uma comunidade, importando então na elevação do rendimento dos fatores de produção recursos naturais, capital e trabalho.

Durante séculos, o acesso aos recursos naturais terra e minerais era considerado um pré-requisito do desenvolvimento (Banco Mundial, Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997). Grande parte da África, Ásia e Américas foi colonizada para que os colonizadores se apropriassem destes recursos e por eles as nações entraram em guerra. Contudo, gradualmente este conceito foi mudando e o capital físico máquinas e equipamentos passou a ser a chave do desenvolvimento e "industrializado" tornou-se sinônimo de "desenvolvido". Em meados do século XX passou-se a associar desenvolvimento com domínio do fator tecnologia, isto é, conhecimentos e idéias, o que pôs em destaque o "capital humano". As teses desenvolvimentistas em voga no pós-guerra acalentavam a idéia de que o desenvolvimento econômico (capitalista) era possível para todos (todos os povos do mundo), bastando para isto a correta aplicação da técnica e a melhoria da eficiência, do que resultaria como subproduto a melhoria geral da qualidade de vida e, supostamente, das condições políticas. A partir da década de 80 o foco da discussão sobre desenvolvimento transferiu-se para o papel da adoção de políticas adequadas pelos governos, como explicação da razão pela qual os países acumulam capital humano e físico a taxas diferentes. De todo modo, o último quartel do século veio abalar estas certezas, ao ficar claro que o

² Mestranda do Mestrado Interinstitucional em Planejamento Urbano e Regional IPPUR UFRJ/UCSal

desenvolvimento nem era ubíquo nem conduzia automaticamente à equidade.

Além disto tornaram-se cada vez mais claras as relações entre desenvolvimento industrial e poluição, conduzindo aos debates sobre ambientalismo e sustentabilidade. Para os ambientalistas, conforme estudos feitos a partir dos anos 80, a degradação ambiental traz ameaças diretas à saúde e à segurança pessoal de muita gente, relacionadas com buracos de ozônio e mudanças climáticas antropogênicas. Outras pesquisas revelaram o papel do ambiente na indução de conflitos. (Dalby, 1997). A degradação decorre sobretudo das atividades humanas ligadas à industrialização. Os estudos passaram a destacar, também, que o modelo produtivista punha em risco o esgotamento das reservas de insumos não renováveis, clamando por alterações no modelo que garantissem sua sustentação no longo prazo.

A "sustentabilidade" passou a fazer parte dos debates sobre desenvolvimento, como uma categoria inovadora, que introduz fatores de perturbação e diferenciação nas bases de legitimidade (a eficiência técnica convencional) do conjunto de atividades. É um campo de luta entre todos que pretendem, uns alterar, outros reforçar, a distribuição de legitimidade e de poder sobre mercados e sobre mecanismos de acesso a recursos do meio material apresentando-se como portadores da nova eficiência ampliada, a da utilização "sustentável" dos recursos. Marca a disputa entre alternativas técnicas supostamente mais econômicas quanto aos níveis de uso/perturbação de ecossistemas e traz para a agenda pública sentidos extra-econômicos que acionam categorias como justiça, democratização e diversidade cultural. Aqui se entende "sustentabilidade" como processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Relatório Brundtland (1987) e, mais fortemente, a Conferência da Terra (Eco/92, 1992), deram início ao crescente debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável, definida no citado relatório como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades". Também ali se diz que o principal objetivo do desenvolvimento é satisfazer as necessidades humanas.

A análise crítica da definição acima leva de imediato ao questionamento do conceito de desenvolvimento, do de "necessidades" e, por último, ao questionamento das limitações imponíveis às gerações presentes em nome dos direitos das gerações futuras. As "necessidades" não são "naturais", elas são grandemente ditadas pela cultura. Por outro lado, não poderemos advogar uma equidade inter-geracional se não formos capazes de praticar a equidade intra-geracional, entre aqueles que estão vivos no presente. Desta forma, o desenvolvimento sustentável passa a ser aquele capaz de garantir qualidade de vida a todos, reduzindo as desigualdades sociais (que se alimentam da segregação, da exclusão e dos grandes desníveis sociais) e preservando a natureza, tanto em benefício dos viventes, quanto tendo em mira os vindouros, com a redução da poluição e ao se evitar a degradação e o esgotamento dos recursos não-renováveis.

Conforme Acselrad (1999, p. 79 e 89), entre as matrizes discursivas formadas em torno do assunto, destacam-se a matriz da eficiência que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao espaço "não mercantil" planetário; da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os "recursos ambientais"; da equidade, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da autosuficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como

estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate entre os valores do Bem e do Mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta.

Estas matrizes vão se fazer presentes nos discursos dos ecologistas, para os mais extremistas dos quais a preservação da natureza deve sobrepor-se às demais considerações; a visão sócio-política requer primazia para as considerações que dizem respeito à equidade e à justiça social; os desenvolvimentistas-economicistas pretendem resolver os impasses recorrendo a polimentos da teoria do mercado, apoiados na teoria do capital e da renda de Hicks.

Ora, as sociedades produzem sua existência através de suas relações sociais e de seus modos de apropriação do mundo material. A interface entre o mundo social e sua base material se observa através das práticas sociais, que podem assumir formas técnicas, formas sociais e formas culturais (Neiva, 2000).

As práticas de apropriação técnica do mundo material, ou formas técnicas de apropriação do mundo material, incluem modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica. Estas técnicas resultam de um conjunto de saberes e formam a base experimental para a constituição de novos conhecimentos. São práticas de apropriação social do mundo material, ou formas sociais de apropriação do mundo material, os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir das estruturas desiguais de acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. Tais práticas são historicamente constituídas e configuram lógicas distributivas das quais se nutrem as dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade baseadas na desigual distribuição de poder sobre os recursos. Elas formam a base da produção de diferenciação social. Entre as práticas de apropriação cultural do mundo material, ou formas culturais de apropriação do mundo material, incluem-se as práticas e atividades de produção

de significados, operações de significação do mundo biofísico em que se constrói o mundo social. Os fatos culturais não são apenas epifenômenos das estruturas produtivas da sociedade, mas fazem parte do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas

As técnicas não são meras respostas às restrições do meio, não são meras determinações unilaterais das condições geofisiográficas, mas sim são integralmente condicionadas pelas formas sociais e culturais, isto é, pelas opções de sociedade e modelos culturais prevaletentes. As sociedades alteram seu meio material não somente para satisfazer carências e superar restrições materiais, mas sim para projetar no mundo diferentes significados (construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc.). As diversas categorias sociais apresentam lógicas próprias de apropriação do meio (camponeses, capitais agro-exportadores, capitais especulativos, empreendimentos industriais, etc.). As práticas técnicas são referenciadas a contextos históricos que condicionam os padrões/soluções tecnológicos mas também as categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais práticas.

A noção de eficiência numa determinada sociedade não é absoluta, transhistórica ou onivalente pode variar de sentido no tempo e no espaço pode significar: economia de tempo de trabalho e/ou de materiais; mecanismos de desmaterialização de produtos e processos; otimização de potencialidades produtivas com estabilização de indicadores de composição físico-química de águas, ar e solo, no interior de limites de flutuação determinados (critérios próprios a uma abordagem 'tecnológico-ecológica'). O padrão tecnológico resulta de escolhas técnicas condicionadas por estruturas de poder vigentes (poder econômico ou de controle sobre recursos do meio material). As estruturas de

poder procuram manter-se via disseminação cultural de categorias de percepção que fazem valer socialmente os critérios dominantes de "eficiência", "capacidade competitiva", "níveis de produtividade", etc. Tais critérios legitimam e reforçam a superioridade real e simbólica dos dominantes.

Assim, os "modelos sociais de apropriação do mundo material" integram os "modelos de desenvolvimento" e articulam formas técnicas definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais e formas culturais que encerram valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas.

Do exposto, pretendemos ter deixado claro que a "sustentabilidade" do desenvolvimento somente pode ser considerada seriamente se as preocupações se estenderem para além do desenvolvimento econômico puro e simples, para incluir em seu bojo as questões relativas à equidade e à justiça social, além da preservação da natureza e prevenção dos riscos ecológicos, entre os quais se incluem os riscos relativos ao manejo e deposição de resíduos.

Sustentabilidade requer, ainda, legitimidade. Não se pode pretender sustentável uma sociedade cujos quadros dirigentes exercem o poder a partir de alternativas ilegítimas, pois é de se esperar que o povo a eles submetidos cedo ou tarde se rebelará, diante da insustentabilidade da ilegitimidade dos próceres.

As correntes desenvolvimentistas-economicistas pretendem que o desenvolvimento sustentável seja simplesmente uma questão de eficiência e de progresso tecnológico. Os otimistas tecnológicos que apoiam esta corrente argumentam que o avanço da técnica será capaz de dar conta de todos os problemas ecológicos atuais ou futuros. Para Wolfgang Sachs, o simples aumento da eficiência não é capaz de dar conta dos problemas criados: "según los estándares en uso, sólo reduciendo en un 70 a 90% el uso de energia y la materia a

utilizar durante los próximos cincuenta años se haría justicia a la seriedad del sistema. Sólo un optimista muy ayudado creería posible alcanzar esta meta con sólo mejorar la eficiencia. Ninguna revolución de la eficiencia bastará" (Sachs, 1996)

Portanto, para muitas correntes de pensadores, nem o aumento da eficiência, nem o progresso da técnica justifica as propostas de reduzir os problemas ecológicos a simples "falhas de mercado" ou de tentar resolver as questões ambientais via mecanismos deste mesmo mercado.

Elmar Altvater, (1995) em O preço da riqueza, radicaliza, quando sintetiza e fundamenta a tese da contradição insolúvel entre o modelo de desenvolvimento capitalista vigente e a preservação dos recursos naturais e das fontes energéticas desse modelo, afirmando: "Eficácia ecológica com justiça distributiva e eficiência econômica com base na alta produtividade do trabalho, eis de fato o que seria a quadratura do círculo. Entretanto esta é impossível, não só de um ponto de vista matemático, mas também ecológico e econômico. O sonho de um capitalismo ecológico produz monstruosidades". Altvater refuta a economicização da ecologia, afirmando que "ecologia é política. A comunicação ecológica não pode confiar nos códigos econômicos e o que está na ordem do dia não é a economicização da ecologia e sim a ecologização da economia e a politização de ambas".

Por último, não se pode mencionar desenvolvimento sustentável sem uma referência, ainda que rápida, à Agenda 21.

O Brasil e outros 176 países participantes da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) são signatários da Agenda 21, que representa um dos mais valiosos instrumentos na promoção do desenvolvimento sustentável mundial. Torna-se imprescindível, no entanto, sua adaptação para

planos nacionais, de modo que expresse melhor as condições específicas de cada país. No caso brasileiro, criou-se, em fevereiro de 1997, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional, com a missão de viabilizar essa tarefa. Coube à Comissão, definir a metodologia de trabalho para a Agenda 21 Nacional, selecionando as seis áreas temáticas que refletem a problemática sócio-ambiental do país. Os projetos de formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável são financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que assinou convênio com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, hoje Ministério do Meio Ambiente.

Os temas definidos são os seguintes:

- Infra-Estrutura e Integração Regional;
- Cidades Sustentáveis;
- Agricultura Sustentável;
- Gestão dos Recursos Naturais;
- Redução das Desigualdades Sociais;
- Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL (DLS)

Conceituado o "desenvolvimento sustentável", passemos ao "desenvolvimento local sustentável".

Altvater, na obra acima citada, mesmo tendo concluído pela impossibilidade de uma ecologização global do capitalismo, sugere a possibilidade dos atores regionais e microeconômicos iniciarem práticas que se oponham à lógica do capitalismo macroeconômico. Outro pensador contemporâneo, Henzel Henderson, criou o conhecido lema: "thinking globally and acting locally" "pensar globalmente e agir localmente".

O plano de Desenvolvimento Sustentável de Canudos foi elaborado em 1997 pela Universidade do Estado da Bahia, através da sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino e pelo Centro de Estudos Enclides da Cimba CEEC e pela Prefeitura Municipal de Canudos.

A aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentável ao nível territorial local constitui o "desenvolvimento local sustentável". A unidade territorial aqui considerada é o município, mas poderia ser algo menor, como um assentamento, um distrito; ou maior, como um conglomerado de (poucos) municípios, uma região metropolitana. Os governos estaduais de dois pequenos estados brasileiros, o Acre e o Amapá, consideram estar aplicando Desenvolvimento Sustentável no âmbito estadual, conforme as publicações Amapá, um norte para o Brasil (Cortez, 2000) e Uma sustentável revolução na floresta (Domingos Leonelli, Ed Viramundo, São Paulo, 2000).

A especificidade do DLS (em relação ao DS) é que ele está associado normalmente a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Ao preparar um Plano de Desenvolvimento Sustentável de Canudos³, a equipe da UNEB estabeleceu como metas:

- Participação social e organização comunitária
- Descentralização progressiva do processo decisório
- Desenvolvimento institucional

Tal estratégia "carrega como pressuposto a elevação do nível de participação quantitativo e qualitativo da população local, e que essa participação tenha um sentido de continuidade, embasada na organização das comunidades, condição primeira do seu empowerment" (Idem). A descentralização progressiva do processo decisório, tem como expectativa o envolvimento consciente dos personagens nas decisões de interesse comunitário, antes concentradas no poder público local (governo municipal). O desenvolvimento institucional pressupõe que o próprio poder municipal, como partícipe qualificado do desenvolvimento local, aceite e promova as alterações que se fizerem necessárias na estrutura do

governo, de modo que os órgãos da prefeitura possam adequadamente fazer face aos programas de desenvolvimento preconizados para o município. Da mesma forma, o empowerment das organizações comunitárias e a descentralização das decisões para os órgãos participativos dependerá fundamentalmente da decisão do poder público local em engajar-se no programa. Este é, naturalmente, um ponto delicado, dada a tradição dos prefeitos, e de suas forças de sustentação, de centralizarem na prefeitura o poder local e as decisões. Somente uma profunda mudança desta mentalidade poderá viabilizar o desenvolvimento local sustentável.

Também se pode, sempre, esperar que as comunidades locais, no momento do voto, optem pelos candidatos que se mostrarem dispostos à implantação do novo modo de governar.

RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NOS SERTÕES

Discorrer sobre a problemática dos sertões é tarefa de grande monta para se dar conta em texto de escopo reduzido como este artigo. Especialmente, considerando-se as grandes contribuições nesse campo, legadas por mestres como Gilberto Freyre, Celso Furtado, entre outros. Importa para nós, acentuar, na seara que é a discussão sobre os sertões, as relações sociais que historicamente foram aí gestadas e que conformaram estruturas e ações sociais próprias.

O desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste encontrou como entrave o monopólio da terra que, por sua vez, abrigava uma atividade agrícola com base na monocultura. Essas práticas dificultaram a implementação de novas tecnologias de mecanização da produção. Excluída dos vetores de modernização que dinamizaram a produção agrária brasileira, uma leva de agregados passa a reproduzir formas arcaicas de manejo da terra e, conseqüentemente, de relações sociais de produção também arcaicas. Isso porque, compartilhando da visão de

Milton Santos (1994), acreditamos que é impossível dissociar as duas dimensões que perpassam a técnica, a saber, o humano e o não-humano.

Assim, a dimensão da técnica, ao invés de ser neutra ao social, permeia-o, conduz e estrutura a ação social do homem no espaço. O espaço geográfico, entendido como espaço social, e, portanto, locus das ações sociais, modifica-se com o uso da técnica que se lhe imprime, que, por sua vez, modifica o homem, sujeito da ação. É importante ressaltar que aqui utiliza-se a categoria de técnica de maneira mais ampla, como tomada por Milton Santos: "Não se trata, pois, de apenas considerar as chamadas técnicas da produção, ou como outros preferem, as 'técnicas industriais', isto é, a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico" (Santos, op. cit p: 35). Nas palavras de Prades: "a técnica adquire uma presença e esposo um meio" (Prades, 1992, p.18, apud Santos, op.cit). O objeto técnico define atores sociais e suas intervenções no espaço.

Para Teresa Sales, aliás, a questão da modernização da agricultura da técnica, portanto - constitui-se em eixo central para o entendimento da problemática dos sertões. Na visão da autora, ao serem excluídos da dinâmica agroindustrial, os pequenos produtores e trabalhadores rurais do Nordeste e isso se aplica marcadamente ao sertão - ficaram à margem do dinamismo econômico do setor e da trama de complexificação das relações sociais de produção. "O nó da questão está justamente nesta confluência de movimentos, em que a modernização da agricultura reduz os deserdados à situação de miséria em que se encontram" (Sales, 1987, p.151).

Imbricados, espaço e técnica, conformam a ação social. Se o objeto técnico responde pela inserção de atores em um dado espaço, é o monopólio da terra, e portanto a apropriação desse espaço, que condena o sertão nordestino ao isolamento das arenas decisórias, especialmente quando o centro econômico vai deslocando-se, na segunda metade do século XIX, para o Sul, já mais avançado

em direção ao projeto capitalista. Em documento produzido no final do século XIX, o governo revela a situação da lavoura na Bahia: "O antigo e vicioso sistema de sesmarias e do direito de posse produziu o fenômeno de achar-se ocupado quase todo o solo por uma população relativamente insignificante, que não o cultiva nem consente que seja cultivado, enquanto a população 'livre' que trabalha na terra por favor dos donos da terra vive em estado de contínua dependência"⁴.

Para Facó, opera-se aí um "encarceramento em massa das populações rurais" no nosso sertão, estagnado por quatro séculos. Enormes contingentes populacionais vivem em total atraso e isolamento não só do mundo exterior, mas do próprio Brasil. Taxas estarrecedoras de analfabetismo, os maiores índices de mortalidade infantil do País e um total estado de ignorância compõem a paisagem dos nossos sertões (Facó, 1976).

⁴ O *abolicionismo*, S. Paulo, 1938, p.330, apud Facó *op.cit.*

O RETRATO DA MISÉRIA SERTANEJA				
Estados	Ceará	R. G. do Norte	Paraíba	Pernam-buco
Área (km ²)	143.348,8	53.306,8	56.584,6	28.237,8
População (hab)	7.013.376	2.634.397	3.353.624	7.523.755
Mort. Infantil (1/1000)	58,22	63,34	70,95	61,30
Analfabetismo (%)	31,01	28,89	31,35	26,20
Renda per capita (US\$/ano)	1,752.00	2,007.00	1,553.00	3,765.00
Participação no PIB (%)	1,57	0,66	0,65	2,71

Fonte: A TARDE, 07/04/2001, p. 5

Aliado ao latifúndio, à monocultura e às técnicas precárias de produção, soma-se aos sertões a herança social do trabalho escravo, aí presente e marcante durante três séculos. Como resultado, tem-se uma divisão de classes sociais abortada em sua origem e que dá lugar a uma polarização social primária: o grande senhor de terras e os servos, esses, por sua vez, sem-terra. Isso conforma uma sociedade de trabalhadores que, apesar de gozar do estatuto de livre, perpetua relações sociais semelhantes às encontradas nos feudos da idade média (Freyre, 1937). A

dominação tradicional fundada na autoridade dada do senhor institui uma comunidade de súditos e dependentes absolutos desse senhor. Juntos, os fatores citados acima constituíram a face de uma região marcada pela alta concentração da riqueza social e uma classe de pequenos produtores agrícolas assentada em unidades familiares de produção incapazes de se reproduzir, ou, sequer, configurar uma agricultura de subsistência. O censo agropecuário de 1975 desnuda a dura realidade nordestina. Constata-se, no Nordeste, 74% das pessoas ocupadas na atividade agropecuária trabalhando em estabelecimentos com menos de dois salários mínimos de valor da produção anual. No limite de nove salários mínimos, ou seja, menos de um salário mínimo para a família por mês, a proporção eleva-se para 93,1%. Em relação à mão-de-obra familiar, 84,8% localizam-se em estabelecimentos de até dois salários mínimos de valor de produção anual, e 98,2% em estabelecimentos de até nove salários mínimos de valor da produção anual. Em contrapartida, no Estado de São Paulo, apenas 15,4% do total da mão-de-obra encontra-se em estabelecimentos com até dois salários mínimos (Sales, op.cit).

Ainda em relação à região Nordeste, e de acordo com Teresa Sales, o censo aponta que, da massa de trabalhadores ocupada na produção agrícola, uma boa parte concentra-se em propriedades com menos de 10 hectares. De 45,3% do contingente de trabalhadores em 1960 ocupados nessas unidades, deu-se um salto para 58,5% da população nessas pequenas propriedades. Isso sugere um incremento da categoria dos "responsáveis e membros não remunerados da família" e, considerando-se os dados apontados anteriormente, uma precarização da produção nessas pequenas unidades. Abandonados à própria sorte, 63,19% dos estabelecimentos com produção inferior a dois salários mínimos boa parte deles situados no Nordeste respondem com apenas 10% do valor da produção agropecuária. Por outro lado, 8,78% dos estabelecimentos têm valor superior a nove salários mínimos e comparecem com 66,54% do valor total da produção agropecuária. É fácil deduzir que boa parte das políticas de crédito, assistência

técnica e extensão rural são voltadas à última categoria, já que essa é capaz de reivindicar e apropriar-se dessas políticas.

Histórica e socialmente destituída de direitos, a classe desses pequenos trabalhadores rurais forma a massa dos "herdeiros da escravidão" (Sales, op. cit.); homens que, acostumados a servir, naturalizam relações de poder concretizadas pela dominação e pelo favor. Desconhecendo os seus direitos de cidadania, quando contemplados por planos e projetos governamentais, atribui-lhes o sentido de uma dádiva ou benesse do senhor. Prevalece aí o favor como mediação das relações sociais de produção. "O acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto, ou direto, de um grande. O agregado é sua caricatura" (Scwartz, 1973, p. 153, apud Sales op.cit.)

O "grande", aí, é representado pelo coronel, fruto de uma frágil estrutura econômica e social, materializado na figura do poderoso dono de terras da região com articulações políticas em outras escalas. Esse líder, valendo-se da opressão e da dependência absoluta, arroga-se o direito legítimo de representação dos seus "súditos", tomou para si a outorga para representar a população, conformando a real face do poder local, perigosamente na moda em dias de hoje.

Sem representatividade política legítima e com baixo grau de cidadania, essa gente vai entregando o seu destino nas mãos do sucessor contemporâneo do antigo coronel e pedindo a Deus que caia nas suas graças. Por vezes alvo de políticas públicas palacianas, vão sobrevivendo ou sucumbindo entre uma seca e outra. Quando instados a participar dos planos dos quais são objeto, têm dificuldade em se apropriar da idéia de futuro. O seu futuro resume-se na sobrevivência até o amanhã - impregnado pela dura realidade do ontem e do hoje - ou, no máximo, até a seca passar.

O ESTADO, OS POLÍTICOS E OS SERTÕES

Se o Estado pode ser considerado um "pai" em relação às suas regiões e populações sub-nacionais, o elitista Estado brasileiro revelou-se, de longa data, um pai desnaturado com relação ao sertão e ao sertanejo. E esta "desnatureza" tem como marco candente a nunca suficientemente lembrada imolação do povo de Canudos.

Na modernidade, o Estado destacou-se como o grande agente das transformações sociais nem sempre da forma mais louvável. Na URSS, um império de herança medieval engravado em pleno século XX foi alçado à condição de segunda potência mundial, num período de apenas 40 anos e caso histórico único, numa oportunidade infelizmente posta a perder pela cegueira da elite que se apossou do poder. Não se trata aqui da defesa do "comunismo" (ente afinal empiricamente desconhecido), nem mesmo do socialismo soviético (este levado à prática por 70 anos), mas sim de lamentar a perda da oportunidade que o Estado russo teve de mobilizar sua população para a construção de uma vida mais digna numa perspectiva sustentável. Nos Estados Unidos e Europa Ocidental, o Estado do Bem Estar Social gerado como resposta aos desafios do comunismo e do próprio capitalismo, elevou as populações dos respectivos países a níveis de qualidade de vida sem paralelo no passado, ou em outras partes do globo embora, no vácuo da ruína do caso soviético, os anos 80-90 tenham sido explorado pelas elites locais como favoráveis à reversão das conquistas trabalhistas anteriores, contra-ataque este dos próceres do capitalismo mundial que começa a encontrar respostas das forças populares em países como a França, Inglaterra e Alemanha.

No caso do Brasil e com relação aos sertões nordestinos, a ação do Estado tem se caracterizado por uma sobreposição de erros que, originários de longa data, nem por isso parecem perto de finalizar-se. É por demais conhecida a tragédia de Canudos, perpetrada por um Estado arrogante, mal informado e detentor de um

profundo desprezo para com parcelas do seu próprio povo, povo ao qual pelo contrato social primordial deveria atender e zelar.

A INTERVENÇÃO TORTA DO ESTADO, ONTEM: COCOROBÓ

Mas este Estado, culpado do genocídio de Canudos, não melhorou seu olhar distante e seu vezo autoritário no trato dos problemas do sertão. É assim que em 1951 o Governo Federal, por intermédio do DNOCS, inicia a construção do açude de Cocorobó, no vale do rio Vaza Barris, cuja barragem somente fica pronta quase duas décadas depois, em 1968. Previsto para uma acumulação de 245 milhões de m³, área drenada de 3.600 km² numa bacia hidráulica de 4.510 hectares, a obra gigantesca, a um custo que o próprio governo não sabe precisar, mas que o gerente do escritório do DNOCS em Canudos, Dr. Carlos Sampaio, calcula, em dezembro de 1999, em US\$25 milhões (somente entre 1971 e 1979 há registros de dispêndios de mais de 10 milhões de dólares) (Neiva, 2000). É mais uma demonstração de ação governamental fundada no desconhecimento dos problemas do sertão e do sertanejo, mais uma soberba demonstração de pouco caso para com as regiões mais pobres do país.

Segundo maior açude do país, à época da inauguração, sua implantação não se faz acompanhar de uma reestruturação fundiária nem de uma política de utilização plena de seus recursos. Como resultado, 30 anos depois, a região continua habitada por uma maioria de famílias indigentes e pobres. Segundo o autor acima citado, 46% das famílias são indigentes; 65% dos chefes de família recebiam remuneração entre 0 e 1 salário mínimo mensal; 52% dos habitantes acima de 15 anos não eram alfabetizadas (os dados são do censo de 1991).

Em abril de 1998 o açude estava com apenas 28% de sua capacidade e continuava perdendo água, o que o reduziu em novembro de 1999 para apenas 3% da

capacidade, cabendo perguntar-se em que estudos técnicos baseou-se o governo para construir um açude gigantesco que em tão pouco tempo voltou a secar.

Para Luiz Paulo Almeida Neiva, isto reflete claramente o fato de que "decisões tomadas nos bastidores políticos com relação ao Nordeste resultam de argumentos de forças influentes que exercem vários tipos de pressões e contrapressões, dando sempre solução conjuntural a problemas estruturais, geralmente em nome do Estado" (Neiva, op. cit. P:25).

A INTERVENÇÃO TORTA DO ESTADO, HOJE: MANIPULAÇÃO POLÍTICA DOS PROBLEMAS DOS SERTÕES NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

À primeira vista pode parecer que o esforço do governo federal para a transposição das águas do rio São Francisco para as bacias dos rios intermitentes do semi-árido do Nordeste é enfim um ato de reconhecimento dos erros passados pelo "pai" Estado/União e uma nova atitude para com o "filho" sertões/sertanejos. Entretanto, muitos indícios nos levam a desconfiar de que por traz da boa ação existe uma dose maciça de manipulação política da tragédia dos nordestinos, da seca, em benefício da imagem de um governo sobre o qual pairam sérias suspeitas de permanecer a serviço de elites expropriadoras e do capital internacional, aí incluído o interesse de atender a empreiteiras que fazem lobby pela aprovação do projeto.

O sonho da transposição é velho de um século, mas não pode ser esgotado no nível da engenharia e do balanço hídrico do rio, pois envolve questões sócio-econômicas, fundiárias, culturais, políticas, institucionais e ambientais. Com efeito, a transposição de que aqui se fala é tecnicamente viável, o que não significa que seja viável econômica e socialmente. Ela consiste no bombeamento da água,

através de adutoras, até um ponto elevado e adução por gravidade a partir daí para o perímetro visado. A obra se completa com canais de distribuição e com a instalação de Perímetros Irrigados, que exigem desapropriação de terras e reassentamento da população, com todos os problemas que conhecemos quando a propriedade da terra tem que ser mexida. Juazeiro apresenta um exemplo bem sucedido de agricultura em perímetro irrigado por sinal, às margens do São Francisco.

O projeto atual prevê dois desvios. O Eixo Norte deve levar cerca de 99 m³/s retirados à altura de Pedra Branca (Curaçá/BA) e levados a São José da Boa Vista (Orocó/PE) e daí às bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas/Açu (PB/RN) e Brígida (PB). O Eixo Leste desviará 28 m³/s do lago da barragem de Itaparica (Petrolândia/PE) para as bacias dos rios Paraíba (PB) e Moxotó (PE). Serão alimentados 23 açudes no Ceará, 20 no Rio Grande do Norte, 36 na Paraíba e 10 em Pernambuco.

Para início de discussão, três questões necessitam ser criteriosamente examinadas:

1. Existe um potencial hídrico considerável, já cadastrado, ainda não aproveitado, nas bacias do semi-árido do nordeste;
2. Há centenas de milhares de hectares de terras irrigáveis junto aos rios perenes da bacia do rio São Francisco à espera da implantação dos perímetros irrigados já projetados;
3. A existência de água, por si só, não garante a melhoria da economia de uma região, pois se garantisse as margens do São Francisco seriam um paraíso.

Antes de enterrar montanhas de dinheiro público num projeto de resultados inseguros, o governo deveria melhor aplicar parte dele nos itens 1 e 2, acima, evitando os desperdícios que se configuraram em casos como a Transamazônica, ferrovia do aço e programa nuclear, além do próprio açude de Cocorobó, supra denunciado.

Na verdade, a perenização dos rios intermitentes do semi-árido nordestino não tem como solução única o apontado sangramento do São Francisco, havendo estudos, também, de uma transposição originária do rio Tocantins. Entretanto os estudos indicam um custo de 8 milhões de reais por m^3/s , na captação de água no rio São Francisco, contra um custo de 20 milhões de reais por m^3/s , caso a origem das águas envolvesse o rio Tocantins. Este é um dado econômico de peso, mas de há muito se sabe que o fator econômico não pode ser isoladamente tomado em decisões de corte estratégico. Projetada no longo prazo, a decisão tem que tentar responder a questões do tipo: qual será a provável evolução das bacias de cada um dos rios "doadores", nos próximos 50 anos?

A idéia da transposição não é nova, vem do Império. Os projetos também não: o relatório CESAN-01 do DNOS, de 1993, contempla 875.000 ha de SAU (superfície agrícola útil) a ser irrigada com uma vazão média de $330 m^3/s$, com uma perda prevista de 10% por evaporação. A SAU referida localiza-se num perímetro de $150.000 km^2$ que se estende pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O orçamento era de 2,6 bilhões de dólares, sem levar em conta diversas obras necessárias para o funcionamento do empreendimento, como as de implantação da infra-estrutura dos perímetros irrigáveis.

O que fica sem resposta é porque, antes de se lançar num mega-empreendimento, que em casos passados mais serviu para permitir ao capital privado a apropriação de recursos públicos do que para beneficiar o povo brasileiro, o governo não põe em marcha os pequenos projetos já planejados da área, a um custo infinitamente menor e com resultados infinitamente melhor previsíveis? O projeto RADAM-1983 identificou na área em exame um total de 1,4 milhão de ha de áreas irrigáveis, sendo que há potencial hídrico na região para irrigação de 102.000 ha, dos quais apenas 12% em operação, restando portanto 88% da área, ou seja, 90.000 ha que

podem ser irrigados com recursos hídricos locais não sujeitos aos elevados custos e às grandes interrogações que a transposição ainda suscita.

Nunca é demais lembrar que a água do rio não serve só a projetos de irrigação: ela serve à navegação, à pesca, à geração de energia elétrica.

"Há água abundante no Nordeste, o que falta é decisão política para uma distribuição mais justa, que beneficie tanto os grandes quanto os pequenos produtores", afirma Manoel Bonfim, pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Vale do São Francisco (Ceivasf) e ex-diretor do DNOCS. Para Bonfim, o subsolo do semi-árido pode fornecer até 20 bilhões de m³/ano de água, sem perda de pressão, dos quais atualmente só 2% são retirados (cerca de 400 milhões de m³). Lembrar que Israel, com uma área muito menor, retira 1 bilhão m³. Dos 40.000 poços tubulares cavados pelo DNOCS⁵ no Nordeste, a maioria está parada por falta de energia, de motores, de cataventos, de manutenção. No sul do Piauí, 175 poços jorram anualmente, sem bombeamento, 60 milhões de m³ de água por ano, água esta totalmente desperdiçada por falta de qualquer ação governamental, muito mais simples e barata que o mega-projeto da transposição. Nem um único pé de alface é sequer molhado por esta água, e a população se abastece de tomates em Petrolina, distante 500 km.

5 Dados retirados de A TARDE, 11/11/98. p. 6

Certamente não se trata de negar aos habitantes do semi-árido o recurso essencial da água, não se trata da resistência de compartilhar com eles a água do São Francisco. Trata-se, sim, de uma desconfiança fundada nas intenções dos políticos que defendem um projeto não suficientemente estudado, quando estes mesmos políticos deixam de tomar ações mais simples, de resultados mais imediatos e de menor custo, porém menos vistosas. Até que ponto o projeto está embalado na ganância das empreiteiras em participar de um botim de 2 bilhões anunciados mas que, nas contas de Manoel Bonfim, devem beirar os 16 bilhões de reais? Como defender a retirada das águas do São Francisco sem nenhuma - NENHUMA!

providência associada para proteger a perenidade deste rio, com relação à suas próprias fontes de alimentação, suas matas ciliares, seus afluentes moribundos ou mortos, como os rios Paraopeba, das Velhas, Verde Grande e Gorutuba, no norte de Minas, e o Salitre, em Juazeiro. Em alguns casos a morte dos rios decorreu justamente de projetos mal dimensionados de retirada de água para irrigação. Projetos de irrigação mal conduzidos, além de poderem matar suas próprias fontes de água, podem levar à salinização do solo, transformando a promessa de vegetação e vida em realidade de desertificação e morte.

D. Frei Luiz Cappio, bispo da diocese de Barra, entende que o projeto "atende muito mais a interesses políticos do que responde satisfatoriamente a exigências técnicas e de bom senso"⁶. Numa peregrinação de 3.000 km feita da nascente à foz do São Francisco, da qual resultou o livro "Rio São Francisco - uma caminhada entre a vida e a morte" (Ed. Vozes), D. Cappio levantou que a bacia hidrográfica abrange 465 municípios em 5 estados, com uma população de 13 milhões de habitantes. São 97 municípios ribeirinhos e cerca de 350 localidades, onde predominam problemas ambientais, miséria e degradação cultural, mas onde se localizam também frágeis iniciativas de educação ambiental que mereceriam reforço do poder público. Em outra denúncia⁷, diz D. Cappio que "não existem projetos que contemplem o pequeno produtor, pois até mesmo a transposição vai beneficiar apenas os grandes e médios irrigadores. Um exemplo claro acontece com boa parte dos agricultores que muitas vezes deixam de irrigar suas plantações porque não dispõem de uma linha de financiamento de pouco mais de R\$1.000 para a compra de pequenas motobombas". Na diocese de Barra, o projeto de cisternas de placa, com capacidade para armazenamento de 23 mil litros de água de chuva custa R\$800 por unidade e cerca de 500 já foram produzidas com o apoio da Igreja Católica e organismos externos. Com um só milhão dos muitos previstos para a transposição seria possível beneficiar mais 1.250 famílias ou 6.000 habitantes sem nenhum impacto nas funções do rio: pesca, navegação e produção de energia.

6 Dados retirados de A
TARDE, 12/11/98, p. 6

7 Dados retirados de A
TARDE, 7/4/2001, p. 5

Theodomiro Araújo, presidente da Ceivasf, lembra que no caso de Assuã, no Egito, os projetos de irrigação da cultura de algodão fizeram reduzir de 80 bilhões para 18 bilhões de m³ a vazão do Nilo, alterando a salinidade do Mediterrâneo com prejuízos irreversíveis para os ecossistemas locais⁸.

8 Dados retirados de A TARDE, 11/11/98. P. 6

No início de abril do corrente ano, o reservatório de Sobradinho estava com apenas 36% de sua capacidade: 9,5 bilhões de m³, para uma capacidade de 34,2 bilhões. Recebendo 2.040 m³/s e vazando 2.392 m³/s, o lago continuava secando à razão de 352 m³/s, causando apreensão aos técnicos da CHESF. O prefeito da cidade, Paulo Barbosa de Deus (PFL) diz também não entender porque "se o projeto visa a qualidade de vida do sertanejo, porque não melhorar também a vida de quem está à beira do rio, com um custo bem menor e sem o risco de causar a própria morte do rio?". É realmente difícil entender os critérios de equidade e justiça social que voltam seu olhar para assistir 9 milhões de moradores distantes do rio, mas ignora os 13 milhões que estão próximos dele, mas igualmente desassistidos. Se há 2 (ou 16?) bilhões para atender aqueles, porque não há 10% ou 15% deste dinheiro para atender a estes?

De toda sorte, em 06/04/2001 o juiz César Fonseca, da 10ª Vara da Justiça Federal na Bahia acatou liminar impetrada pelo CRA/BA, denunciando "diversas falhas e ausência de procedimentos considerados imprescindíveis para a efetivação do projeto" e suspendeu as audiências públicas programadas para 9 e 10/04/2001. O Governo Federal inconformou-se com a sentença e recorreu ao STJ, mas este manteve a decisão judicial. Assim, o projeto foi paralizado até saneamento das falhas. E, tendo em vista os recentes acontecimentos (maio/2001) que conduziram à decisão de racionamento de energia elétrica em todo o país - o famoso "apagão" -, é provável que o Governo Federal contenha seus ímpetos autoritários relativos ao projeto. Mas quem pode garantir isto?

Enfim, é este mesmo Governo Federal que, após seis anos de gestão, se diz "surpreso" com os problemas energéticos do país e corre tonto entre as possíveis medidas para evitar o caos. Os reservatórios das hidroelétricas estão a apenas 30% de sua capacidade e até novembro esta situação pode agravar-se, para 10%, com riscos de racionamentos prolongados, de até um mês. Mas os reservatórios não secam de um dia para outro. O acompanhamento diário dos níveis e vazões é uma obrigação dos órgãos do governo, bem como a projeção destes dados no curto e médio prazos. Estabelecida a situação de pânico, corre o governo para livrar-se da culpa da má gestão do setor e dos custos, que recairão, como sempre, no contribuinte.

CONCLUSÕES

Se, por um lado, o Estado nacional, por inúmeras vezes, demonstra em suas intervenções locais uma grandiosidade que extrapola, e mesmo desconhece, a realidade do sertão, o fortalecimento do poder local e da participação popular encontra alguns entraves no sertão. Se, aparentemente, tal prática imprime avanços rumo à democratização do poder e dos processos burocráticos, há que se estar atento aos limites que a encarceram, especialmente em relação à mobilização intermediada de camadas excluídas, refém fácil da manipulação política, muitas vezes dourada como prática participativa.

A idéia de desenvolvimento sustentável é marcada pela participação popular na gestão da coisa pública, que ganha legitimação nas últimas décadas, tornando-se amplamente difundida nos anos 90. Para que seja bem sucedida, há que ser precedida por uma redistribuição do poder. Por sua vez, a partilha do poder implica a transformação do homem em sujeito social. Isso significa dizer que esses atores deverão criar instituições e através delas participar ativamente, como sujeito normativo, na elaboração das leis que alteram o seu entorno social e político. Significa manejar os fóruns decisórios trazendo-os para o alcance da

participação popular. Portanto, essa reciclagem do poder deve ser precedida pela criação dessas arenas, que se materializam em instituições representativas plasmadas por esses atores sociais. O problema reside nas "arenas ocultas" (Ribeiro, 2000) que, não raro, sob a máscara da participação popular, disputam o espaço público, privatizando-o, aquinhoando para si as fatias democratizadas do poder. Falamos da privatização das arenas públicas.

A prática da participação popular, no Brasil, é negativamente influenciada pela baixa capacidade associativista da população. Em censo do IBGE, de 1996, desnudou-se a geografia do associativismo no Brasil. Apenas 27% da população brasileira declararam ser filiados a algum tipo de associação. Desse total, 80% pertencem às classes média e alta. Quanto maior a renda maior a taxa de associativismo⁹. Assim, as classes mais favorecidas, dotadas de capital social e cultural, imprimem o seu olhar à coisa pública.

Parece-nos legítimo inferir que, no sertão, esse quadro é ainda mais dramático. Aí, a idéia de participação popular encontra forte obstáculo no baixo poder de representação da maioria dessa população e do seu também reduzido grau de cidadania. Para Sales, isso representa um abismo entre as metas de dada política de intervenção e a sua população alvo. Como um público com tão baixo grau de cidadania pode se fazer representar politicamente? E, transposta essa barreira, como garantir que essa participação extrapolará o plano do imediatismo a que estão sujeitas as massas despossuídas, às quais não estão sequer asseguradas condições de sobrevivência? O imediatismo da sobrevivência em uma terra inóspita, que, vez por outra, expulsa os seus habitantes, negando-lhes os seus frutos, que fenecem sob a escassez da água, sobrepor-se-ia à idéia de futuro? Por outra, é possível falar em sustentabilidade em terras de latifúndio?

Outrossim, o fortalecimento do poder local em estruturas sociais arcaicas, marcadas pela dominação e opressão pode significar a retirada de cena do Estado nacional e o fortalecimento de oligarquias locais comandadas por grupos de

9 Informações retiradas da palestra "Segregação, agregação e desagregação: a difícil relação entre cidade e cidadania na sociedade urbana brasileira. O caso do Rio de Janeiro", proferida pelo professor Luiz César Queiroz, durante o Fórum América Latina Habitar 2000 - Salvador 2001.

poder, herdeiros do coronelismo de tempos passados. Fortalecidos por alianças pluriescalares, esses grupos podem imprimir aos fóruns a sua visão de mundo, conferindo-lhe a legitimidade - agora fortalecida pelos instrumentos de participação - do anseio de uma comunidade.

Se esse espaço público - disputado por uns e desconhecido por outros - é o rebatimento da estrutura social, interessa aqui desvendar e combater as causas que engendram a pobreza, responsável pelo baixo grau de articulação social dos seus atores. Qual é a lógica da miséria do sertão? Qual a sua dinâmica? Em seu clássico *Geopolítica da Fome*, Josué de Castro sinaliza a direção ao afirmar que "a geografia da carência só se explica pela geografia da abundância". Dito de outra forma, para combater a pobreza é preciso antes combater a riqueza. Falar em desenvolvimento sustentável sem alterar as relações de força que (re)produzem a pobreza é tentar perpetuar revigorando-o, porque legitimando-o - o modelo de exploração de um segmento social por outros. É evitar o enfrentamento da matriz ideológica central que produz a miséria. É propor a mudança para que tudo permaneça como está, como foi tão bem retratado por Luchino Visconti em seu filme *Il Gatto Pardo*.

Todas as questões apresentadas acima apontam para a premência de uma política universalista, redistributiva, que deve estar na base de todo plano de desenvolvimento sustentável e antecede-lo mesmo. Por isso mesmo, o desenvolvimento sustentável é alvo de inúmeras críticas. Imputando a autoria do conceito de desenvolvimento sustentável ao projeto desenvolvimentista liberal, Isabel C.M. Carvalho afirma que: "Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era a de produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação das riquezas onde o patrimônio

natural passava a ser um bem. O apelo ao bem-estar dos povos era usado como alibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico" (Carvalho, 1991, p.11, apud Ribeiro, 1991).

Ora, na ausência de tal política redistributiva capaz de despertar na população excluída o anseio por melhores condições de vida e de fomentar uma participação legítima na disputa pelo futuro, incorreríamos, então, no imobilismo? Será negada aos agentes de dado espaço a intervenção deliberada e planejada sobre o seu meio. A história recente parece acenar que não. Se as raízes históricas do sertão nordestino - e aqui interessa-nos especificamente a porção baiana do semi-árido - acenam para o enraizamento de relações sociais perversas, reduzindo a mobilização popular rumo a conquistas de melhores condições de vida, o inverso também é possível. Se o monopólio da terra, e os males que daí advêm, é responsável pela miséria de enorme contingente de habitantes do sertão, não o poderia ser também pela mobilização que culmina no despertar da consciência revolucionária e da luta pela posse da terra, o direito à sua semeadura e colheita?

Para Facó, os fenômenos do cangaço e do levante de Canudos são respostas - cada uma à sua maneira - às mazelas da concentração da riqueza social nos sertões. Para o autor, na ausência do desenvolvimento das forças produtivas, o latifúndio atuou como elemento desencadeador da transformação social. O monopólio da terra, brutalizando ao limite a exclusão, sacudiu a inércia social provocada pelo baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Impeliu os "herdeiros da escravidão" à vitalidade da ação social. Como em Marx e Engels: "Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal" (Marx e Engels, 67. p. 13)

Isso atesta que a massa pauperizada de excluídos do sertão, afinal, não é assim tão refratária ao impulso da transformação social. Por outra, parece também indicar

que, assim como as praças públicas criadas espontaneamente abrigam maior vitalidade do que as projetadas pelos urbanistas (Ribeiro, 2000), os movimentos de transformação social encerram maior força quando emanam das bases. Assim é que uma verdadeira experiência de desenvolvimento sustentável está sendo posta em prática pelos assentados do MST no Rio Grande do Sul, como pode ser visto no belo filme *O sonho de Rose dez anos depois*, da diretora Tetê Moraes. Culturas diversificadas, com o emprego de tecnologias biodinâmicas, diversificação da produção para preservação do solo, cooperação, solidariedade e distribuição equitativa da renda são os pilares que orientam os agrupamentos - verdadeiros paradigmas do que deveria ser, de fato, desenvolvimento sustentável.

Na falta de uma política redistributiva comandada pelo Estado nacional - e não falamos aqui de comunismo, mas da questão agrária, políticas de crédito a pequenos agricultores e outros instrumentos - o desafio por esses confins de sertão consiste em ampliar a participação popular sim, mas, garantir a legitimidade dessa representação nas arenas políticas, afastando a possibilidade de uma democracia forjada para legitimar interesses privados. E, ainda e principalmente, ampliar e consolidar a participação nas arenas decisórias que não estão no local - locus do debate sobre as verdadeiras políticas que disputarão a idéia de futuro. O desafio consiste em estabelecer interfaces fortes entre a sociedade e as múltiplas escalas do poder. O desafio consiste em radicalizar a democracia.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, n. 1., Rio de Janeiro: maio/99

_____. UFRJ/IPPUR, mimeo, Rio de Janeiro, 2000.

ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza. São Paulo, UNESP, 1995).

A TARDE. edições de 01/09/98, 11/11/98, 12/11/98, 3, 4, 5, 7 e 10/04/2001

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington: 1997.

BUARQUE, Sérgio C. Desenvolvimento Local Sustentável. Recife: IICA, 1999

CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome. São Paulo: Brasiliense, 1972.

CEEC. Plano de desenvolvimento municipal sustentável de Canudos. Salvador: UNEB, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

DALBY, Simon. Metáforas ecológicas de segurança: Política Mundial na Biosfera. Departamento de Geografia da Carleton University. Ottawa, Ontário, Canadá: 1997).

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FÓRUM HABITAR 2000. Salvador: 2001.

GOVERNO DO AMAPÁ. Amapá, um norte para o Brasil. Cortez, 2000.

ISTO É. O racionamento muda o país. edição de 23/05/2001 (n.1651)

LEONELLI, Domingos. Uma sustentável revolução na floresta. São Paulo: Ed Viramundo, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, F. Manifesto Comunista. In Textos, Vol. III. São Paulo: Editora Sociais, 1967.

NEIVA, Luiz Paulo Almeida. A (in)sustentabilidade do desenvolvimento local: o caso de Canudos. Revista Canudos, v. 4, n. ½. Salvador: UNEB/CEEC, 2000.

RADEL, Guilherme. O rio São Francisco: a questão da transposição. Vanguarda Rural. Salvador: abr/Mai1995.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Arenas ocultas: desafios à ação social em contextos metropolitanos. Fórum Habitar 2000. Salvador, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo, e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. UNB, Brasília: mimeo 1991.

SALES, Teresa. Os herdeiros da Escravidão. In: Novos Estudos CEBRAP nº 19. Rio de Janeiro:1987.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SACHS, Wolfgang. Anatomia política do desenvolvimento sustentável. Revista Mexicana de Sociologia, n. 2. México:Universidad Nacional Autónoma de México, abril-junho/1996.